



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**XXXI CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

1ª Prova - CONHECIMENTOS GERAIS - 2ª Etapa - 09/outubro/2005

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO, DIREITO CIVIL E DIREITO COMERCIAL.

INSTRUÇÕES

1. Verifique se este caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões.
2. Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
3. Use somente caneta esferográfica fornecida pelo fiscal e devolva-a na entrega da prova.
4. Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
5. São proibidas quaisquer consultas.
6. Não rubrique, nem rasure a Folha de Resposta, do contrário será anulada a prova.
7. É proibido o uso de corretivos.

DURAÇÃO DA PROVA: 04 HORAS

COMISSÃO DO CONCURSO

Juíza DORA VAZ TREVIÑO – Presidenta do Tribunal e da Comissão
Juiz LUIZ ANTONIO MOREIRA VIDIGAL – Juiz Togado do Tribunal
Professor ARI POSSIDONIO BELTRAN – Representante da OAB

COMISSÃO EXAMINADORA

Juiz SALVADOR FRANCO DE LIMA LAURINO – Presidente da Comissão
Juiz PAULO EDUARDO VIEIRA DE OLIVEIRA
Professor ESTEVÃO MALLET – Representante da OAB

Obs.: o gabarito desta prova será publicado no dia 11 de outubro de 2005, no Diário Oficial do Estado de São Paulo - Poder Judiciário, bem como na internet, no site do TRT (www.trt02.gov.br).

BOA SORTE.

COMISSÃO DO CONCURSO DA MAGISTRATURA TRT/2ª REGIÃO
Rua da Consolação, 1272 – 21º andar – torre “B” - CEP 01302-906 - SP
Fone: 3255-4111 Ramal 2297

51) É característica dos títulos de crédito:

- a) literalidade;
- b) autonomia;
- c) independência;
- d) abstração;
- e) todas as anteriores.

52) Assinale a alternativa correta:

- a) as sociedades limitadas integradas por apenas dois sócios não podem ser parcialmente dissolvidas, já que a pluralidade de sócios é um dos pressupostos de existência do contrato social;
- b) se um dos sócios vier a se desligar da sociedade limitada, o sócio remanescente poderá continuar explorando a mesma atividade econômica sem qualquer alteração jurídica.
- c) se um dos sócios vier a se desligar da sociedade limitada, o sócio remanescente poderá continuar explorando a mesma atividade econômica pelo prazo de um ano.
- d) se um dos sócios vier a se desligar, a sociedade limitada sobrevive com o outro durante o prazo de 180 dias, dentro do qual a pluralidade deverá ser restabelecida.
- e) se um dos sócios vier a se desligar da sociedade limitada, o sócio remanescente poderá continuar explorando a mesma atividade econômica, mas como empresário individual.

53) De acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90), é errado afirmar:

- a) a inversão do ônus da prova, a favor do consumidor, se dará quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência.
- b) as sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor;
- c) poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade, de alguma forma, for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores;
- d) as sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor;
- e) é vedada a estipulação contratual de cláusula que impossibilite, exonere ou atenuie a obrigação do fornecedor indenizar o consumidor prejudicado por vício de qualidade do produto.

54). Nas sociedades por ações, a responsabilidade do acionista:

- a) será limitada à importância do total do capital social;
- b) será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas;
- c) será ilimitada enquanto o capital social não estiver integralizado;
- d) será ilimitada enquanto o preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas não for integralizado;
- e) será limitada a parcela do capital social ainda não integralizada.

55). A operação pela qual uma ou mais sociedades anônimas são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações denomina-se:

- a) incorporação;
- b) fusão;
- c) cisão;
- d) formação de holding;
- e) grupo empresarial

56) São normas jurídicas no âmbito do Direito Comunitário Europeu:

- a) as diretivas;
- b) os decretos normativos;
- c) os decretos obrigatórios;
- d) os decretos regulamentares;
- e) nenhuma das anteriores;

57) Não é órgão existente no âmbito da Organização Internacional do Trabalho:

- a) o Comitê de Liberdade Sindical;
- b) o Comitê de Combate ao Trabalho Infantil;
- c) a Conferência Geral;
- d) o Conselho de Administração;
- e) nenhuma das anteriores;

58) Assinale a alternativa correta:

- a) a integração de tratado ou convenção internacional ao direito interno depende de aprovação pelo Congresso Nacional e produz efeitos internamente a partir da data de publicação da sanção do decreto-legislativo.
- b) os tratados e convenções internacionais em matéria de direitos humanos podem ser celebrados pelo Presidente da República sem a necessidade de referendo do Congresso Nacional.
- c) os tratados e convenções internacionais em matéria de direitos humanos integram-se ao direito brasileiro como norma de natureza infraconstitucional.
- d) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados nas duas Casas do Congresso Nacional, com o quorum fixado na Constituição, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- e) por imperativo de soberania nacional, em hipótese alguma o Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional.

59) Assinale a alternativa incorreta:

- a) a Organização Internacional do Trabalho – OIT foi criada ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1946, juntamente com a Organização das Nações Unidas – ONU;
- b) a Organização Internacional do Trabalho – OIT é órgão de colaboração da Organização das Nações Unidas – ONU;
- c) a estrutura básica da OIT é formada pelos seguintes órgãos: Conferência Internacional do Trabalho, Conselho de Administração e Repartição Internacional do Trabalho;
- d) a representação dos Estados na OIT é tripartite, formada por membros do governo, de empregados e de empregadores;
- e) a Conferência Internacional do Trabalho é o órgão supremo da OIT, reunindo todos os Estados-membros.

60). Assinale a alternativa falsa:

- a) o Cônsul e sua família têm como prerrogativa a inviolabilidade pessoal;
- b) o Cônsul tem imunidade de jurisdição civil e penal apenas em relação aos atos praticados no exercício de função consular;
- c) o Cônsul possui isenção dos impostos pessoais diretos e alfandegários;
- d) o Cônsul têm como inviolável a sua correspondência;
- e) nenhuma das assertivas anteriores é correta.

61) Os dependentes do segurado têm direito, no âmbito do Regime Geral de Previdência Social, aos seguintes benefícios:

- a) salário-família e pensão por morte;
- b) salário-família e salário-educação;

- c) salário-educação e pensão por morte;
- d) pensão por morte e auxílio-reclusão;
- e) pensão por morte e salário-maternidade;

62) Não integra o salário-de-contribuição:

- a) o salário maternidade;
- b) as férias, indenizadas ou não;
- c) a importância recebida a título de incentivo à demissão;
- d) as diárias para viagem de qualquer valor;
- e) a importância paga ao empregado isoladamente, a título de complementação de auxílio-doença;

63) Assinale a alternativa errada:

- a) O salário-maternidade é devido à segurada durante 120 dias, com início no período entre 28 dias antes do parto e a data de ocorrência deste;
- b) O salário-maternidade é devido pelo período de 30 dias à segurada que adotar criança que tenha de 4 a 8 anos de idade.
- c) Cabe à empresa pagar o salário-maternidade devido à empregada gestante, efetivando-se posterior compensação quando do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários;
- d) O salário-maternidade devido à empregada doméstica e à trabalhadora avulsa é pago à segurada diretamente pela Previdência Social;
- e) O salário-maternidade para a segurada empregada consistirá em 1/12 do valor sobre o qual incidiu sua última contribuição anual.

64) Supondo a existência de dívida de R\$ 1.500,00, sendo R\$ 1.000,00 a título de capital e R\$ 500,00 a título de juros, o pagamento feito pelo devedor de R\$ 1.000,00, sem indicação da parcela quitada da dívida, deve ser imputado ao pagamento:

- a) do capital, por corresponder o valor pago ao valor do capital;
- b) do capital, por imputar-se o pagamento primeiramente ao principal e só sucessivamente ao acessório;
- c) dos juros e, no que sobejar, do capital;
- d) do capital e dos juros, proporcionalmente, salvo disposição em contrário;
- e) do capital e dos juros, vedada estipulação em contrário;

65) A indenização, em matéria de responsabilidade civil, excluída a hipótese de dano moral:

- a) mede-se sempre pela extensão do dano;
- b) é maior em caso de dolo do que em caso de culpa;
- c) pode ser maior do que o dano em caso de dolo;
- d) pode ser maior do que o dano em caso de dolo direto, não em caso de dolo eventual;
- e) pode ser reduzida em caso de culpa;

66) A legitimação para requerer que cesse a lesão ao direito da personalidade de morto cabe:

- a) ao cônjuge ou qualquer descendente;
- b) ao cônjuge, ou qualquer parente em linha reta ou colateral, até o quarto grau;
- c) ao cônjuge, ou qualquer parente em linha reta ou colateral, até o quarto grau, ou ao Ministério Público;
- d) ao cônjuge, ou qualquer descendente ou ascendente, ou ao Ministério Público;
- e) ao cônjuge, aos pais ou aos filhos;

67) É nulo o negócio jurídico que envolve:

- a) simulação;
- b) erro;
- c) dolo;
- d) coação;
- e) lesão;

68) Nos termos do Código Civil, em se tratando de contrato de prestação de serviço, desenvolvida a atividade por quem não possui a habilitação exigível:

- a) o contrato é nulo, nada sendo devido ao prestador de serviço;
- b) o contrato é anulável, sendo devida a remuneração contratada até sua efetiva anulação;
- c) o prestador de serviço tem direito a compensação razoável, desde que tenha agido de boa-fé, do contrato haja resultado benefício para a outra parte e não tenha sido ofendida lei de ordem pública;
- d) o prestador de serviço tem direito a compensação razoável, desde que tenha agido de boa-fé e não tenha sido ofendida lei de ordem pública, haja ou não resultado benefício para a outra parte;
- e) o prestador de serviço tem direito a compensação razoável, desde que não tenha sido ofendida lei de ordem pública, tenha o prestador agido ou não de boa-fé e haja ou não do contrato resultado benefício para a outra parte;

69) As cláusulas contraditórias, nos contratos de adesão:

- a) anulam-se mutuamente;
- b) são interpretadas da forma mais favorável ao aderente;
- c) são interpretadas da forma mais favorável ao estipulante;
- d) são interpretadas da forma mais favorável ao alienante;
- e) nenhuma das anteriores;

70) Não é efeito da penhora:

- a) a nulidade absoluta dos atos de disposição do bem penhorado;
- b) a ineficácia relativa dos atos de disposição do bem penhorado;
- c) a reorganização da posse do bem penhorado;
- d) o direito de preferência do credor sobre o bem penhorado;
- e) a individualização do bem sujeito à execução;

71) Sobre a interpretação do pedido, no processo civil, é correto dizer:

- a) o pedido do principal compreende o acessório;
- b) deve prevalecer a intenção do autor sobre a declaração literal;
- c) o pedido interpreta-se restritivamente;
- d) o pedido não se sujeita a interpretação;
- e) aplicam-se à interpretação do pedido os mesmos cânones pertinentes à interpretação das leis;

72) Sobre a arbitragem é correto dizer:

- a) a resistência de qualquer das partes na instituição da arbitragem torna ineficaz a cláusula compromissória, ressalvada a cobrança de perdas e danos;
- b) o compromisso arbitral pode ser escrito ou verbal;
- c) a sentença arbitral deve conter relatório, os fundamentos da decisão e o seu dispositivo, sob pena de nulidade;
- d) a sentença arbitral homologada é título executivo extrajudicial;
- e) a sentença arbitral homologada é título executivo judicial;

73) Nas ações civis públicas é correto dizer:

- a) todos os recursos são dotados apenas de efeito devolutivo, vedada a concessão de efeito suspensivo;
- b) os recursos são dotados de efeito suspensivo, salvo o recurso extraordinário;
- c) os recursos não podem ser recebidos no efeito suspensivo, salvo o recurso de apelação;
- d) os recursos podem ser recebidos no efeito suspensivo, para evitar dano irreparável à parte;
- e) nenhuma das anteriores;

74) Caso deseje o juiz realizar inspeção judicial:

- a) deve sempre comunicar as partes da diligência, assegurando-lhes o direito de assistir à inspeção;
- b) poderá comunicar as partes da diligência, marcando dia e hora para a diligência, salvo se o elemento surpresa for essencial para o sucesso da medida;
- c) não deverá comunicar as partes da deliberação, já que cabe a elas acompanhar o processo;
- d) não deverá comunicar as partes da diligência, salvo quando envolvido no processo interesse indisponível;
- e) nenhuma das anteriores;

75) O magistrado pode ser responsabilizado civilmente:

- a) em caso de dolo ou culpa grave;
- b) em caso de fraude ou quando retardar, sem justo motivo, providência requerida pela parte;
- c) em caso de dolo, erro grosseiro ou culpa grave;
- d) em caso de dolo ou quando descumprir decisão de autoridade judiciária superior;
- e) em caso de dolo ou fraude, ou quando retardar, sem justo motivo, providência requerida pela parte, cabendo ao Conselho Nacional da Magistratura examinar, em juízo de deliberação, a admissibilidade da ação de responsabilização;

76) Iniciada execução provisória, na pendência de recurso de ordinário interposto apenas pelo reclamado, verifica-se a reforma parcial da sentença. Comunicado o fato ao juízo da execução pelo reclamado, depois de já liquidado o crédito segundo os termos da sentença original, quando iria ser expedido mandado de pagamento, é correto:

- a) determinar o prosseguimento da execução nos termos da sentença de liquidação, para que a discussão sobre os efeitos da reforma da sentença seja examinado nos embargos do devedor;
- b) sobrestar a expedição do mandado, para adequar a conta aos termos da nova decisão proferida no julgamento do recurso ordinário;
- c) oficiar ao tribunal, para verificar se houve interposição de recurso pelo reclamante, para que, em caso positivo, a execução prossiga até julgamento desse novo recurso;
- d) oficiar ao tribunal, para verificar se houve interposição de recurso pelo reclamante, para que, salvo em se tratando de recurso de revista recebido no efeito suspensivo, a execução prossiga até julgamento desse novo recurso;
- e) aguardar a baixa dos autos, para então decidir sobre o prosseguimento ou não da execução;

77) A remição, no processo do trabalho:

- a) não é admissível;
- b) só pode ser deferida ao executado se oferecido preço igual ao valor da condenação;
- c) só pode ser deferida ao executado se oferecido preço igual ao do maior lance apresentado;
- d) prefere à arrematação, mas não à adjudicação;

e) nenhuma das anteriores;

78) É correto dizer, a propósito da ação rescisória:

- a) a distribuição da petição inicial interrompe o prazo para exercício da pretensão à rescisão apenas em relação ao pedido deduzido;
- b) o juízo rescisório está sempre presente, ao contrário do juízo rescindente.
- c) a improcedência do pedido por um fundamento impede o ajuizamento de nova ação por outro fundamento;
- d) é possível ajuizamento de ação rescisória para desconstituir decisão proferida em ação rescisória;
- e) nenhuma das anteriores;

79) De acordo com a diretriz firmada pelo Tribunal Superior do Trabalho, após a Emenda Constitucional n. 45, nas lides não decorrentes da relação de emprego de competência da Justiça do Trabalho:

- a) os honorários advocatícios são devidos pela mera sucumbência;
- b) os honorários advocatícios não são devidos;
- c) os honorários advocatícios são devidos apenas quando assistido o trabalhador pelo sindicato representativo de sua categoria;
- d) os honorários advocatícios são devidos apenas quando concedido o benefício da justiça gratuita;
- e) nenhuma das anteriores;

80) Se a Justiça do Trabalho é incompetente para conhecer de determinada questão prejudicial:

- a) não poderá ela ser alegada no curso do processo;
- b) sendo alegada, deverão os autos ser remetidos ao juízo competente para exame da questão;
- c) sendo alegada, deverá o processo ser desmembrado, formando-se instrumento, para remeça apenas do exame da questão prejudicial ao juízo competente;
- d) sendo alegada, pode ser resolvida na própria Justiça do Trabalho, com eficácia de coisa julgada, salvo se houver oposição da parte contrária;
- e) sendo alegada, poderá ser resolvida na própria Justiça do Trabalho, sem eficácia de coisa julgada, todavia.

81) Apresentada a reclamação, o reclamado, em defesa, alega incompetência absoluta do juízo trabalhista. Rejeitada a alegação, realiza-se a instrução processual, produzindo-se todas as provas necessárias e requeridas pelas partes. Aduzindo razões finais, o reclamado não reitera a alegação de incompetência. Ao sentenciar, o juízo pronuncia a sua incompetência e determina a remessa dos autos à Justiça Comum do Estado. Interposto recurso ordinário, o Tribunal Regional do Trabalho:

- a) deve anular a sentença, diante de ocorrência de preclusão para declaração de incompetência, determinando o retorno dos autos ao juízo de primeiro grau, para julgamento do mérito do processo;
- b) deve determina a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça, para que seja julgado o recurso ordinário como apelação, diante do princípio da fungibilidade dos recursos;
- c) não pode, caso considere não existir incompetência, julgar o mérito do processo, tendo em conta a proibição de supressão de instância;
- d) deve, caso considere não existir incompetência, suscitar conflito positivo de competência, remetendo os autos ao Superior Tribunal de Justiça;
- e) nenhuma das anteriores;

82) No processo do trabalho, a regra segundo a qual as provas das alegações incumbe à parte que as fizer:

- a) está prevista em lei e não comporta exceção;
- b) não está prevista em lei, mas constitui decorrência de aplicação subsidiária do direito processual comum;
- c) está prevista em lei, mas comporta exceções criadas pela jurisprudência;
- d) não vigora diante da possibilidade, reconhecida pela lei, de inversão, pelo juiz do trabalho, do ônus da prova;
- e) não vigora, diante do princípio *in dubio pro misero*;

83) O reclamante prestou serviços ao empregador de 1º.02.2002 a 23.12.2002 e postula o pagamento de aviso prévio, férias e gratificação natalina. A defesa sustenta que o demandante foi dispensado por justa causa, motivo pelo qual seriam indevidas as verbas rescisórias. Na eventualidade de ser afastada a punição, alega que o reclamante não teria direito às férias porque teve mais de 35 faltas injustificadas ao serviço. A primeira parcela da gratificação natalina foi paga no dia 20.12.2002 e deve ser compensada em caso de condenação. As partes consentiram com o encerramento da instrução. A sentença rejeitou a pretensão por considerar configurada a justa causa para rescisão do contrato de trabalho. O reclamante interpôs recurso ordinário negando a infração e insistindo no pagamento das férias e da gratificação natalina. Se o tribunal afastar a justa causa.

- a) deve determinar o retorno dos autos ao juízo de primeiro grau para apreciação dos pedidos de aviso prévio, férias e gratificação natalina, que ainda não foram objeto de decisão em virtude do acolhimento da questão prejudicial.
- b) deve determinar o retorno dos autos para ao juízo de primeiro grau para apreciação dos pedidos de férias e gratificação natalina, já que o recurso não pediu o reexame do pedido de aviso prévio.
- c) deve resolver as questões de fato e de direito relacionadas às férias e à gratificação natalina e julgar imediatamente esses pedidos.
- d) não pode apreciar as questões de fato e de direito relacionadas às férias e à gratificação natalina porque o empregador não interpôs recurso renovando a impugnação.
- e) não pode apreciar as questões de fato e de direito relacionadas às férias e à gratificação natalina porque o empregador não renovou a impugnação nas contra-razões de recurso.

84) Sobre a extensão e profundidade do efeito devolutivo do recurso ordinário é correto afirmar:

- a) quanto à extensão, a interposição do recurso transfere ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada; quanto à profundidade, transfere o conhecimento das questões suscitadas e discutidas no processo, mesmo que não examinadas pelo juízo de primeiro grau.
- b) quanto à extensão, a interposição do recurso transfere ao tribunal o conhecimento de todos os pedidos formulados na demanda; quanto à profundidade, transfere o conhecimento das questões suscitadas na defesa, mesmo que não examinadas pelo juízo de primeiro grau.
- c) quanto à extensão, a interposição do recurso transfere ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada; quanto à profundidade, transfere o conhecimento das questões suscitadas na defesa e que foram explicitamente examinadas pelo juízo de primeiro grau.
- d) quanto à extensão, a interposição do recurso transfere ao tribunal o conhecimento de todos os pedidos formulados na demanda; quanto à profundidade, transfere o conhecimento das questões suscitadas na defesa e que foram examinadas pelo juízo de primeiro grau.
- e) quanto à extensão, a interposição do recurso transfere ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada, não abrangendo as questões de ordem pública que não foram objeto de impugnação.

85) Assinale a alternativa correta:

- a) apresentado o cálculo de liquidação, o juiz deve abrir às partes prazo sucessivo de 10 dias para impugnação fundamentada, sob pena de preclusão;
- b) apresentado o cálculo de liquidação, o juiz deve homologar a liquidação por sentença e dar início à execução, já que apenas na oportunidade dos embargos à execução as partes podem discutir a liquidação.
- c) apresentado o cálculo de liquidação, o juiz poderá abrir às partes prazo sucessivo de 10 dias para impugnação fundamentada, sob pena de preclusão;
- d) as partes podem discutir a conta antes e depois da sentença de liquidação, visto que não há preclusão quando é aberta oportunidade de se discutir a conta antes do oferecimento de embargos à execução;
- e) somente nos embargos à execução poderá o executado impugnar a conta de liquidação, cabendo ao exequente igual direito e no mesmo prazo.

86) A pessoalidade, no âmbito da relação de emprego:

- a) é elemento essencial do vínculo, sempre exigível bilateralmente;
- b) é pressuposto para a sua existência, relativamente ao trabalhador apenas;
- c) é pacto adjeto facultativo;
- d) apura-se tendo em conta os termos da cláusula do contrato celebrado entre as partes;
- e) nenhuma das anteriores;

87) Com a privatização de empresa pública:

- a) os vínculos de natureza estatutária convolvam-se, de pleno direito, em contratos de trabalho;
- b) opera-se a rescisão dos antigos contratos de trabalho, surgindo novos contratos com o adquirente do negócio, sem prejuízo da contagem do tempo de serviço anterior;
- c) opera-se a rescisão dos antigos contratos de trabalho, surgindo novos contratos com o adquirente do negócio, afastada a contagem do tempo de serviço anterior;
- d) mantêm-se os contratos de trabalho em vigor;
- e) nenhuma das anteriores;

88) Relativamente aos contratos de trabalho envolvendo jogo do bicho e policial militar impedido, por lei, de exercer atividade remunerada, é correto dizer:

- a) ambos são considerados ilícitos, vedada qualquer contraprestação pela atividade desenvolvida;
- b) ambos são considerados ilícitos, por contrariedade a norma legal imperativa, admitida, porém, contraprestação pela atividade desenvolvida, a fim de evitar enriquecimento sem causa do tomador de serviço;
- c) a distinção entre trabalho ilícito e trabalho proibido justifica que se admite existência de pagamento de contraprestação em um caso e não em outro;
- d) em ambos os casos o caráter da nulidade é meramente relativo, nos termos do que dispõe o Código Civil;
- e) nenhuma das anteriores;

89) Conglobamento é expressão que tem sido relacionada com:

- a) grupos de empresas;
- b) empresa multinacional;
- c) direito internacional privado do trabalho;
- d) contrato de trabalho de equipe;
- e) convenção coletiva de trabalho;

90) A convenção coletiva celebrada entre o Sindicato dos Empregados em Indústrias Metalúrgicas e o Sindicato das Indústrias Metalúrgicas:

- a) não se aplica aos motoristas que trabalham em indústria metalúrgica;
- b) não se aplica aos motoristas que trabalham em indústria metalúrgica, salvo em caso de representação derivada;
- c) não se aplica aos motoristas que trabalham em indústria metalúrgica, salvo disposição em contrário na própria convenção coletiva;
- d) aplica-se aos motoristas que trabalham em indústria metalúrgica, salvo disposição em contrário na própria convenção coletiva;
- e) aplica-se aos motoristas que trabalham em indústria metalúrgica, vedada disposição em contrário na convenção coletiva;

91) Salário complessivo:

- a) corresponde ao conjunto dos valores, inclusive de natureza indenizatória, recebidos pelo empregado em decorrência do contrato de trabalho;
- b) constitui forma típica de remuneração de empregados comissionistas;
- c) é critério remuneratório previsto na lei aplicável aos trabalhadores em plataformas de petróleo;
- d) deve ser quitado na primeira audiência, sob pena de pagamento dobrado;
- e) existe quando se estabelece comissão correspondente a 10% do valor da venda, para remunerar também o reflexo das comissões em descansos semanais remunerados;

92) A imposição de multa ao empregado que, deixando de comparecer a certo evento, causa relevante prejuízo econômico ao empregador:

- a) é prática ilícita;
- b) é admissível em caso de dolo ou de culpa;
- c) é admissível em caso de dolo e, se houver previsão contratual, também em caso de culpa;
- d) é admissível em se tratando de empregados ocupantes de cargo de confiança;
- e) é admissível apenas em se tratando de atleta profissional;

93) Assinale a alternativa correta:

- a) a central sindical pode celebrar convenção coletiva de trabalho quando a categoria profissional não estiver organizada em sindicato;
- b) a central sindical pode celebrar acordo coletivo de trabalho quando o sindicato representativo se recusar a negociar com o empregador;
- c) a central sindical pode instaurar dissídio coletivo quando a categoria profissional não estiver organizada em sindicato;
- d) a central sindical pode indicar representantes dos trabalhadores para o Conselho Curador do FGTS;
- e) todas as alternativas anteriores estão erradas, já que a central sindical não integra a estrutura sindical vigente.

94) Diante da Lei n. 3.207/57, que disciplina a atividade dos vendedores-viajantes, assinale a alternativa incorreta:

- a) no caso de ter sido reservada ao vendedor uma zona exclusiva de trabalho, ele terá direito sobre as vendas nela realizadas, mesmo que por intermédio de preposto da empresa;
- b) nos negócios em que o empregador se obrigar por prestações sucessivas, o pagamento das comissões será exigível na proporção em que as parcelas forem sendo liquidadas;
- c) em caso de insolvência do comprador, o empregador não pode estornar a comissão que adiantou ao empregado;
- d) a inexecução voluntária do negócio pelo empregador não prejudica o direito do empregado às comissões;
- e) a cessação do contrato de trabalho não exclui o direito do empregado às comissões sobre os negócios já definitivamente concluídos;

95) O empregado com 50 dias de trabalho é afastado por motivo de doença e permanece por 150 dias em gozo de auxílio-doença previdenciário. Quando do retorno, é dispensado sem justa causa. Ele terá direito:

- a) ao aviso prévio, 2/12 de gratificação natalina e 2/12 de férias;
- b) ao aviso prévio, 3/12 de gratificação natalina e 3/12 de férias;
- c) ao aviso prévio e 3/12 de gratificação natalina;
- d) ao aviso prévio e 2/12 de gratificação natalina;
- e) ao aviso prévio.

96) A Constituição Federal estabelece que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as futuras gerações. Para assegurar a efetividade desse direito, compete ao Poder Público, exceto:

- a) preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais;
- b) definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas por ato do Poder Executivo;
- c) preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País;
- d) controlar a produção, comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;
- e) proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

97) Assinale a opção correta:

- a) as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais terão aplicação quando da regulamentação legal;
- b) a falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania será suprida por ação popular;
- c) os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que o Brasil seja parte;
- d) são admissíveis no processo as provas obtidas por meios ilícitos, quando por outro meio não for possível obtê-las;
- e) nenhuma das assertivas anteriores está correta.

98) Assinale a opção correta:

- a) é da competência exclusiva do Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar ou os limites da delegação legislativa;
- b) é da competência privativa do Senado Federal proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;
- c) é da competência privativa da Câmara dos Deputados processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;
- d) é da competência exclusiva do Senado Federal resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos a patrimônio nacional;
- e) nenhuma das assertivas anteriores está correta.

99) Nos termos do disposto no artigo 170 da Constituição Federal, a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios, exceto:

- a) soberania nacional;
- b) propriedade pública;
- c) unção social da propriedade;
- d) defesa do Consumidor;
- e) busca do pleno emprego.

100) Assinale a alternativa correta. Quanto ao controle difuso de constitucionalidade, o artigo 97 da Constituição Federal estabelece que os tribunais poderão declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público. Isso pode ocorrer:

- a) apenas pelo voto da maioria relativa de todos os membros do respectivo tribunal;
- b) somente pelo voto da maioria simples de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial;
- c) somente pelo voto da maioria relativa dos membros do órgão especial;
- d) somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial;
- e) nenhuma das assertivas anteriores está correta.